

2024

Casa do Povo de Pombalinho, IPSS



*Plano e Orçamento
Para o
Exercício de 2025*





Índice

Índice	2
1. Introdução	3
2. Enquadramento da Instituição	4
3. Órgãos Sociais	5
4. Convocatória da Assembleia Geral	6
5. Plano de Ação para 2025	7
6. Enquadramento Macroeconómico para 2025	8
7. Pressupostos considerados na Realização do Orçamento	11
8. Investimentos e Desinvestimentos Estimados para 2025	11
9. Enquadramento da Atividade da Instituição	12
10. Gastos Estimados para 2025	13
10.1 Custo das Matérias Vendidas e Matérias Consumidas	13
10.2 Fornecimento e Serviços Externos	13
10.3 Gastos com Pessoal	14
10.4 Depreciação e Provisões/Imparidades	15
10.5 Outros Gastos e Juros	16
10.6 Evolução dos Gastos de 2024 para 2025	16
11. Rendimentos Estimados para 2025	17
11.1 Vendas e Mensalidades	17
11.2 Subsídios e Apoios	17
11.3 Imputações	17
11.4 Outros Rendimentos	18
11.5 Evolução dos Rendimentos de 2024 e 2025	18
12. Demonstrações Financeiras previsionais	19
12.1 Gastos Previsionais	19
12.2 Rendimentos Previsionais	20
13. Demonstração de Resultados Previsional	21
13.1 Demonstração de Resultados Global	21
13.2 Demonstração de Resultados por Valência	22
14. Conclusões	23
15. Parecer do Conselho Fiscal	24
16. Termos de Autenticação do Orçamento	25



1. Introdução

Estamos a chegar ao Final do ano de 2024, altura de preparar o ano vindouro, assim a Direção desta Instituição, preparou o documento abaixo, submetendo-o ao parecer do Órgão Fiscalizador.

Para de Acordos com os estatutos o apresentar a Assembleia Geral para ser discutido e votado.

O Plano e Orçamento traçam as linhas orientadoras da ação da Direção bem como, estabelecem uma autorização dos sócios para se poder concretizar os objetivos que o mesmo encerra devidamente quantificados.

Serve também como instrumento de gestão para perceber ao longo do decorrer do ano, se existem desvios e que medidas devem ser tomadas, para os corrigir, e voltar ao rumo traçado

Mediante uma série de pressupostos que podem ou não vir a verificar-se visto que muitos deles são exógenos a esfera de influência da instituição, elaboramos o presente documento que passamos a apresentar.

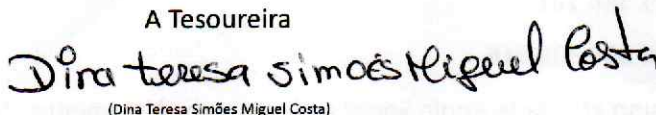
O Presidente da Direção


(João Carlos Gandarez Martinho)

O Vice-Presidente


(José Manuel Almeida Guilherme da Costa)

A Tesoureira


(Dina Teresa Simões Miguel Costa)

A Secretária


(Sónia Raquel Mota Marcos)

O Vogal


(Jorge Miguel da Silva Cota)



2. Enquadramento da Instituição

A Casa do Povo de Pombalinho, contribuinte nº 501 154 701, é uma Instituição sem fins lucrativos, com sede em Rua Barão de Almeirim, N.º 14/16, 2150 - 081 Pombalinho, Concelho de Pombalinho, Distrito de Santarém.

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, de base associativa, constituída por tempo indeterminado, que prossegue os objetivos previstos no artigo 1 do Estatuto das IPSS, sendo equiparada a estas Instituições e aplicando-lhe os mesmos Estatutos e Direitos, Deveres e Benefícios Fiscais desde 05/12/2006.

A atividade desenvolvida a título principal pela Instituição particular de solidariedade Social, desenvolve a sua atividade sem fins lucrativos, tendo como CAE 88101 – Atividade Apoio Social para pessoas idosas, sem alojamento. Nesse âmbito, está isenta de IVA ao abrigo do Artº9 do código do IVA, bem como isenta de IRC de acordo com ao Art.º 10 do código do IRC.

Desenvolve ainda as seguintes atividades não isentas:

CAE 56301 – Cafés

CAE 56107 – Restaurantes (inclui restauração por meios móveis) - Esta atividade prende-se com a atividade de fornecimento de refeições a outras entidades.

Detentora dos seguintes números de Identificação, face as autoridades nacionais:

NIF: 501 154 701

NISS: 20 006 308 416

Tem como atividade Apoio Social a Idosos, sem Alojamento, disponibilizando as seguintes valências:

- Apoio Domiciliário
- Centro de Convívio

Tem como missão promover o desenvolvimento e bem-estar da comunidade local. Tem por finalidade desenvolver atividades de carácter social, cultural, recreativo e desportivo, com a participação dos interesses e em colaboração com o Estado, as Autarquias e o INATEL.

Para realização destes fins, a Casa do Povo, deve:

- ✓ Promover ações de animação sociocultural, quer por iniciativa própria, quer de acordo e em coordenação com outras entidades;
- ✓ Desenvolver atividades de apoio social nas valências Centro de Convívio e Apoio Domiciliário;
- ✓ Fomentar a participação da população nas ações tendentes a satisfazer as necessidades da comunidade da área em que está inserida e a melhorar a qualidade de vida nos aspetos social, cultural, desportivo e recreativo;
- ✓ Participar no planeamento de ações de carácter económico, social e cultural que abranjam a área inserida.

3. Órgãos Sociais

A sua gestão, por via do direito que regula os seus Estatutos, é constituída por três órgãos de gestão: uma Direção, um Conselho Fiscal e uma Assembleia Geral.

Sendo que, é o gratuito o exercício dos cargos sociais, sem prejuízo do direito à compensação das despesas daí resultantes.

A composição dos seus órgãos sociais é a abaixo indicada, sendo que alguns dos elementos são voluntários não tendo, portanto, qualquer tipo de remuneração.

Composição dos Órgãos Sociais:

A Mesa da Assembleia Geral

Cargo	Nome	NIF
Presidente	António Manuel do Rosário Leal	128 932 643
1.º Secretário	João Carlos Duarte Santos Légua	222 900 962
2.º Secretário	Hélder Manuel Arroteia Costa	128 399 864

A Direção

Cargo	Nome	NIF
Presidente	João Carlos Gandarez Martinho	219 459 592
Vice Presidente	José Manuel Almeida G. Costa	139 147 489
Tesoureira	Dina Teresa Simões Miguel Costa	155 746 200
Secretária	Sónia Raquel Mota Marcos	226 871 134
Vogal	Jorge Miguel da Silva Cota	193 339 528
Suplente	Rui Manuel Fonseca Cavaco	157 622 266

O Conselho Fiscal

Cargo	Nome	NIF
Presidente	Maria Dulce Arroteia Costa	179 008 382
1.º Relator	Tiago Manuel da Costa Cavaco	193 339 528
2.ª Relatora	Cláudia Sofia Santos Duarte Cota	242 899 943



4. Convocatória da Assembleia Geral



Circular Informativa

R.GS.07.00

Circular nº. 5/2024

Data 21/11/2024

ASSEMBLEIA GERAL CONVOCATÓRIA

Os Sócios da Casa do Povo do Pombalinho estão convocados para a Assembleia Geral, Ordinária, a realizar no dia **5 de DEZEMBRO de 2024**, pelas **19h00**, na sede da Casa do Povo, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Votação e Aprovação do PLANO E ORÇAMENTO para o Exercício de 2025

Pombalinho, 21 de Novembro de 2024

O Presidente da Mesa da Assembleia

António Manuel Leal





5. Plano de Ação para 2025

O plano de ação para o exercício de 2025, para a instituição que tem valências de 3ª Idade, a saber:

- Centro de Convívio
- Apoio Domiciliário

Será apresentada em documento próprio provido pela diretora técnica da instituição e enquadrado com as políticas geriátricas e de apoio social, adequadas aos utentes de forma que a instituição possa prosseguir com a realização dos seus objetivos, que são:

- Dar apoio social à comunidade onde se insere, especificamente na área da 3ª Idade, e por essa via às suas famílias;
- Proporcionar condições adequadas de bem-estar e conforto, aos seus utentes;
- Desenvolver iniciativas que promovam a solidariedade social, o e desenvolvimento integrado e sustentável dos seus utentes.



6. Enquadramento Macroeconómico para 2025

Para 2025 estima-se um saldo de 0,3% do PIB, consistente com o princípio de equilíbrio das contas públicas e compatível com um conjunto significativo de medidas de política de apoio ao rendimento, reforço do investimento público e capacitação do setor privado.

O ano de 2024 beneficiou de um cenário macroeconómico favorável às contas públicas com resultados positivos no saldo orçamental, mesmo atenuado por um conjunto de medidas de política direcionadas para o aumento do rendimento disponível das famílias e melhoria dos serviços públicos.

Para aferir o esforço de manutenção do equilíbrio orçamental é, também, importante considerar os fatores que influenciam o saldo orçamental de 2025 e que decorrem de decisões de políticas assumidas em anos anteriores (medidas em políticas invariantes), com um impacto negativo líquido no saldo orçamental de 1,9% do PIB.

Por fim, as projeções do cenário macroeconómico para 2025, em linha com o ano de 2024, que conjugado com o pacote de medidas apresentado e os efeitos dos estabilizadores económicos terão um impacto relativamente neutral no saldo orçamental, o que permitirá manter um saldo equilibrado e necessário para a sustentabilidade a longo prazo das contas públicas.

Num contexto de arrefecimento da atividade económica doméstica e de taxas de juro elevadas. No panorama externo, o agravamento das tensões geopolíticas internacionais e a anemia de alguns dos principais parceiros comerciais europeus torna a envolvente frágil e complexa. A estes constrangimentos conjunturais soma-se uma antevisão débil quanto às perspetivas de desempenho económico.

O PIB cresceu 1,5% em termos homólogos, um aumento superior ao registado no conjunto da área do euro. O consumo privado foi a componente da despesa que registou o maior contributo (1,3 pp), seguido do investimento (0,4 pp) e do consumo público (0,2 pp). A procura externa líquida apresentou um contributo negativo (-0,4 pp) para o crescimento do PIB, dado que as exportações cresceram menos do que as importações. Do lado da oferta, destacam-se os crescimentos do valor acrescentado bruto dos setores «energia, água e saneamento» e «agricultura, silvicultura e pesca».

No conjunto de 2024, o PIB deverá crescer 1,8%, refletindo um crescimento moderado, mas em aceleração, na segunda metade do ano.

Para o ano de 2025, prevê-se que o crescimento do PIB aumente para 2,1%. Esta evolução terá como base uma aceleração da procura interna, em particular do investimento e do consumo privado, e das exportações. O crescimento da economia portuguesa deverá manter-se acima do crescimento da área euro.

O consumo privado cresceu 2% em termos homólogos. Esta evolução reflete nomeadamente o crescimento do consumo de bens não duradouros e serviços.

Em termos anuais, o consumo privado deverá crescer 1,8% e 2%, respetivamente, em 2024 e 2025, beneficiando da gradual redução da inflação e das taxas de juro.



Esta evolução ocorrerá num contexto de aumento sustentado do rendimento disponível das famílias em termos reais (4,4% e 3,7%, respetivamente), associado aos efeitos de medidas de política que determinarão aumentos salariais, a diminuição de impostos diretos e o aumento das prestações sociais. Projeta-se um aumento da taxa de poupança, que deverá ultrapassar os valores registados durante a pandemia de COVID-19.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) aumentou 0,7% em termos homólogos. Neste período, o crescimento da FBCF foi condicionado pela queda do investimento em construção.

Estes sinais são consistentes com um maior crescimento da FBCF no segundo semestre, suportado pela execução de projetos do PRR e pela concretização de decisões de investimento adiadas devido à expectativa de redução dos custos de financiamento ao longo do ano.

Assim, no conjunto de 2024, a FBCF deverá crescer 3,2%. Para o ano de 2025, projeta-se uma aceleração, para 3,5%, relacionada com a crescente absorção dos fundos do PRR e outros instrumentos de financiamento europeu, bem como com a menor restritividade das condições de financiamento.

A taxa de emprego situou-se em 56,2%, em média, na primeira metade de 2024. O total de pessoas empregadas cresceu 1,2% no mesmo período, em termos homólogos, refletindo os contributos de três atividades económicas no setor dos serviços: comércio e reparação de veículos automóveis e motociclos, educação e atividades de informação e de comunicação.

A remuneração média bruta por trabalhador por conta de outrem situou-se em 1.541,5 euros na primeira metade de 2024, um aumento de 6,3% face ao semestre anterior. O número médio de indivíduos em situação de desemprego situou-se em 350,8 mil na primeira metade do ano, implicando uma redução homóloga de 1,9%.

Esta evolução evidencia a capacidade de o mercado de trabalho absorver o crescimento da população ativa. Neste contexto, a taxa de desemprego diminuiu face ao semestre homólogo, situando-se em 6,5%. A subutilização do trabalho abrangeu, em média, 618,9 mil indivíduos e a taxa correspondente foi de 11,1%.

O crescimento das remunerações por trabalhador deverá desacelerar para 6% em 2024 e 4,7% em 2025, um abrandamento nominal em linha com a evolução esperada para a inflação. Em termos reais, a remuneração média (deflacionada pelo índice harmonizado de preços no consumidor — IHPC) cresce 3,3% e 2,3%, respetivamente, em 2024 e 2025. A produtividade do trabalho deverá acelerar para 1,4% em 2025.

A inflação medida pelo índice de preços no consumidor (IPC) fixou-se em 2,4%, continuando o processo de redução. A inflação subjacente (excluindo os produtos alimentares não transformados e os energéticos) registou igualmente uma desaceleração, apesar de alguma persistência ligada aos preços dos serviços.

Quando medida pelo IHPC, a inflação em Portugal situou-se em 2,6% nos primeiros nove meses de 2024. Perspetiva-se que, no conjunto do ano, a inflação medida pelo IHPC desacelere para 2,6% e para 2,3% em 2025.

Esta trajetória reflete, por um lado, os efeitos da política monetária que atuam sobre a procura e, por outro lado, a dissipação dos efeitos dos choques da oferta sobre os preços internacionais da energia e dos bens alimentares. No caso dos bens alimentares, a inflação deverá beneficiar, no ano de 2025, da



eliminação dos efeitos de base associados à isenção de IVA. Por outro lado, ainda que lentamente, deverão diminuir as pressões sobre os preços dos serviços num contexto de moderação do crescimento dos salários.

Fonte: Cenário Macroeconómico - oe2025.gov.pt

Este Cenário Macroeconómico desenhado pelo OE-2025, evidencia alguns pontos fundamentais para a elaboração da nossa previsão orçamental

1º - Prevê-se um aumento da atividade económica face a 2024.

2º - A taxa de Inflação irá situar-se nos 2,30%

3º - Os pontos anteriores concorrem para aumento das dificuldades financeiras e económicas dos agentes económicos.

Localmente poderemos, esperar que o comportamento seja idêntico, que exista um aumento dos preços dos produtos e serviços de acordo com a taxa de inflação esperada, que exista apesar de condicionada um apoio mais dedicado do Estado ao 3.º sector, que o contrato coletivo de trabalho seja revisto de acordo com as novas perspetivas de crescimento, e que possam existir possibilidades de investimento enquadradas nos vários programas de apoio lançados pelo Estado de apoio ao desenvolvimento e criação de emprego.

1º - Prevê-se um fraco crescimento da atividade económica.

2º - A taxa de inflação, prevê-se que seja de 2,30%.

3º - Políticas de investimento público e linhas de apoio a economia e ao 3º sector.

7. Pressupostos considerados na Realização do Orçamento

O presente orçamento teve por base os seguintes pressupostos:

1. Com base no mês de setembro de 2024 e com os pressupostos abaixo indicados foi extrapolada a previsão para dezembro de 2025
2. Taxa de inflação previsional 2,30%
3. Atualização salarial de acordo com o preconizado no CCT do sector, e com o aumento do SMN.
4. Os encargos sociais de acordo com o CCT em 2025
5. Atualização dos gastos e rendimento com base na taxa de crescimento estimado de utentes
6. Candidaturas a programas de apoio ao investimento.

8. Investimentos e Desinvestimentos Estimados para 2025

A Instituição pretende fazer os seguintes investimentos/desinvestimentos:

- Investimentos: Não se prevê aquisições
- Desinvestimentos: Alienação de carrinha

Investimentos	Valor	Comparticipação Esperada		Donativos		Suportado	Depreciações	
		Taxa	Valor	Taxa	Valor		Taxa	V.Exerc
obras	0,00	5%	0,00		0,00	0,00	0,00%	0,00
carrinhas		100%	0,00		0,00	0,00	25,00%	0,00
Maquinas		0%	0,00		0,00	0,00	12,50%	0,00
Moveis		0%	0,00		0,00	0,00	12,50%	0,00
Outro equip.		100%	0,00		0,00	0,00	12,50%	0,00
Total	0,00		0,00		0,00	0,00		0,00

Desinvestimento

Eq. Transporte	4 000,00
Total	4 000,00

9. Enquadramento da Atividade da Instituição

A Instituição tem a seguinte perspetiva quanto à evolução do seu quadro de utentes, de acordo com necessidades locais, que é a seguinte:

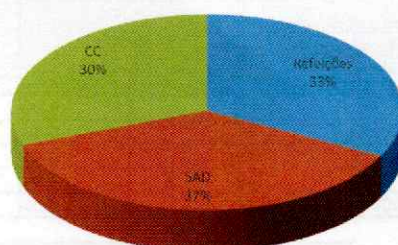
Valências Utentes				
Rúbricas	Refeições	SAD	CC	Total
Reais - 2024	16	16	12	44
Previstos - 2025	16	18	15	49
Acréscimo	0,00%	12,50%	25,00%	11,36%

Relativamente aos acordos protocolados com a segurança social existem a seguinte situação:

Valências com Protocolo CRSS				
Rúbricas	Refeições	SAD	CC	Total
Reais - 2024	0	21	15	36
Previstos - 2025	0	21	15	36
Acréscimo	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Assim sendo temos a seguinte distribuição de utentes face as valências previstas para o ano de 2025.

Distribuição dos Utentes no Exercício



Quanto à forma como cada valência é utilizada pela Instituição:

Taxa de Utilização	Refeições	SAD	CC	Bar/outros	Total
N.º Dias Utilização	365	365	261	0	
N.º Dias * Utentes	5 840	6 570	3 915	0	16 325
Taxa de Utilização	35,77%	40,25%	23,98%	0,00%	100,00%

Relativamente à forma como são distribuídas as refeições temos:

Refeições	Refeições	SAD	CC	Total
N.º Ref. por Valência	5 840	9 034	489	15 363
Distrib. %	38,01%	58,80%	3,19%	100,00%



10. Gastos Estimados para 2025

Com base nos pressupostos para 2025 e com a estimativa para o final de 2024, a Instituição prevê os seguintes dados relativamente aos gastos para a realização da sua atividade no próximo exercício.

10.1 Custo das Matérias Vendidas e Matérias Consumidas

No CMVMC temos um aumento expectável de 16,87%, com os valores abaixo dos previstos para a inflação, bem como pelo acréscimo previsto de utentes, tendo em conta a política de reorganização de gastos.

Rubricas de Gastos	dez-24	dez-25	Δ Abst	Δ %
CMVMC	33 665,85	39 343,75	5 677,90	16,87%

10.2 Fornecimento e Serviços Externos

Quanto a rubrica de fornecimentos e serviços externos (FSE), prevê-se um aumento de 6,11%, essencialmente devido ao impacto da inflação esperada.

Rubricas de Gastos	dez-24	dez-25	Δ Abst	Δ %
FSE	47 851,16	50 773,03	2 921,87	6,11%

Contas	N.º Contas	REAL	Estimativa para o Exercício 2025						
		setembro 24	Média		Correcções			Previsão	
		Acumulado	Mensal	Anual	Inflação	Tx Cresc	Gestão	Tx Act.	Anual Mensal
62	Fornecimentos	35 888,37	3 987,60	47 851,16					50 773,03 4 231,09
622	Serviços	12 600,86	1 400,10	16 801,15					18 498,77 1 541,56
623	Materiais	1 752,52	194,72	2 336,69					2 390,44 199,20
624	Energia	7 393,00	821,44	9 857,33				6,17%	10 465,73 872,14
625	Deslocações	0,00	0,00	0,00				0,00%	0,00 0,00
626	Serviços	14 141,99	1 571,33	18 855,99				2,98%	19 418,10 1 618,18



10.3 Gastos com Pessoal

Relativamente aos gastos com pessoal, foi tido em conta o aumento de 11,24% relativo ao aumento do salário mínimo, a manutenção da taxa de 22,30% nos encargos sociais, bem como, o aumento previsto e negociado em sede do CCT, para 2025, bem como a manutenção ou contratação de colaboradores para fazerem face ao aumento do número de dias de trabalho, uma vez que, o apoio domiciliário passou para 7 dias.

Rubricas de Gastos	dez-24	dez-25	Δ Abst	Δ %
Pessoal	117 209,29	130 385,09	13 175,81	11,24%

RUBRICA		VALORES ANUAIS	TAXAS DE ENCARGOS	ENCARGOS
63	Gastos com o pessoal	130 385,09		
	<u>Das vendas e dos serviços prestados</u>	99 923,72		22 173,01
	TCO - IPSS (21,6%)	0,00	22,00%	0,00
	TCO - IPSS (22,0%)	98 394,38	22,30%	21 941,95
	Isentas de encargos para ent. patronal	0,00		
	1.º Emprego	0,00	0,00%	0,00
		0,00	0,00%	0,00
		0,00	0,00%	0,00
	Outras percentagens (a descrever)			
	<u>REMUNERAÇÕES ADICIONAIS</u>	1 036,18	22,30%	231,07
	<u>REMUNERAÇÕES ADICIONAIS</u>	493,17	isentos	
	<u>Dos serviços administrativos</u>	6 120,00		0,00
	TCO - IPSS (__,_%)	0,00	0,00%	0,00
	Isentas de encargos para ent. patronal			
	1.º Emprego	0,00	0,00%	0,00
		0,00	0,00%	0,00
		0,00	0,00%	0,00
	Outras percentagens (a descrever)			
	<u>Estágios e programas profis</u>	6 120,00	0,00%	0,00
		0,00	0,00%	0,00
633	Benefícios pós-emprego	0,00		
634	Indemnizações	0,00		
635	Encargos sobre remunerações			22 173,01
	Encargos sobre remunerações (FGT)			0,00
636	Seguros acidente trabalho e doença prof.	1 561,79		
637/8	Outros gastos com o pessoal	606,56		



10.4 Depreciação e Provisões/Imparidades

Relativamente às depreciações existe a seguinte estimativa que representa uma diminuição de 11,88%. Esta diminuição decorre essencialmente por via da redução de depreciações de bens que chegaram ao fim do seu período de vida útil.

Para o ano de 2025 não se prevê gastos com imparidades e provisões.

Rubricas de Gastos	dez-24	dez-25	Δ Abst	Δ %
Depreciações	8 314,84	7 327,24	-987,60	-11,88%

DESCRIÇÃO	VALORES DOS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	TAXAS	VALORES DAS DEPRECIAÇÕES
Total de depreciações do ano N-2			8 314,84
Total de depreciações que findaram em N-2			
Total de depreciações que findam em N-1			987,60
ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS ADQUIRIDOS EM N-1	0,00		0,00
Sujeito a 2%		2,00%	0,00
Sujeito a 4%		4,00%	0,00
Sujeito a 5%		5,00%	0,00
Sujeito a 10%		10,00%	0,00
Sujeito a 12,50%		12,50%	0,00
Sujeito a 25%		25,00%	0,00
Sujeito a %			0,00
ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS A ADQUIRIR NO ANO N	0,00		0,00
Sujeito a 2%		0%	0,00
Sujeito a 12,5%		12,50%	0,00
Sujeito a 16,66%		16,66%	0,00
Sujeito a 20%		20,00%	0,00
Sujeito a 25%		25,00%	0,00
Sujeito a 33,33%		33,33%	0,00
Sujeito a 100%		100,00%	0,00
Sujeito a %		0,00%	0,00
TOTAL			7 327,24

10.5 Outros Gastos e Juros

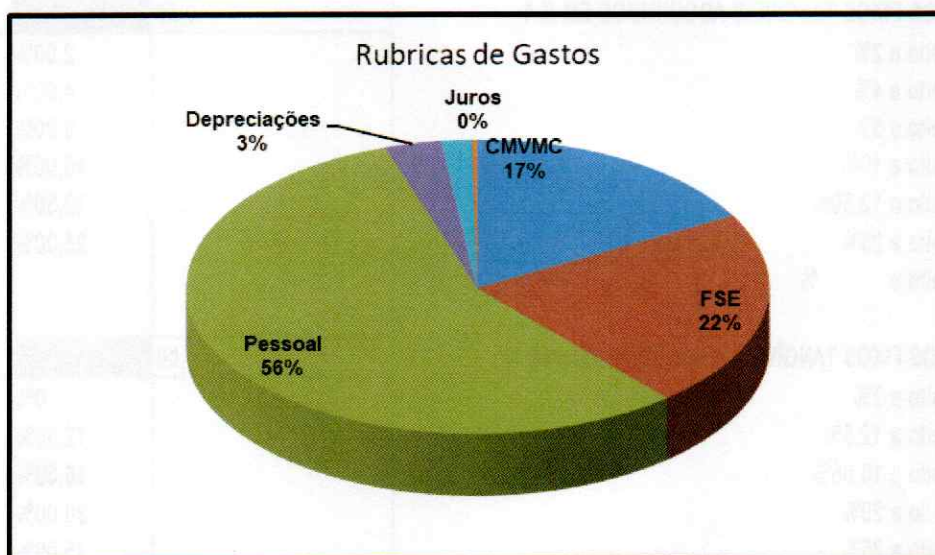
Relativamente a outros gastos a instituição prevê que no exercício de 2025, face a 2024, exista um aumento de 2,30%.

Rubricas de Gastos	dez-24	dez-25	Δ Abst	Δ %
Gastos Operc.	3 939,00	4 029,60	90,60	2,30%
Juros	630,24	644,74	14,50	2,30%

10.6 Evolução dos Gastos de 2024 para 2025

Prevê-se então que os gastos para 2025, crescem 9,87% ou seja 20.893,08€

Rubricas de Gastos	dez-24	dez-25	Δ Abst	Δ %
CMVMC	33 665,85	39 343,75	5 677,90	16,87%
FSE	47 851,16	50 773,03	2 921,87	6,11%
Pessoal	117 209,29	130 385,09	13 175,81	11,24%
Depreciações	8 314,84	7 327,24	-987,60	-11,88%
Gastos Operc.	3 939,00	4 029,60	90,60	2,30%
Juros	630,24	644,74	14,50	2,30%
Total dos Gastos	211 610,38	232 503,45	20 893,08	9,87%



11. Rendimentos Estimados para 2025

Com base nos pressupostos para 2025 e com a base na estimativa para o final de 2024, a Instituição prevê os seguintes dados relativamente aos rendimentos para a realização da sua atividade no próximo exercício.

11.1 Vendas e Mensalidades

Relativamente as vendas prevê-se um crescimento de 6,73%, e a prestação de serviços um crescimento de 15,10%. Estes crescimentos resultam do acréscimo de utentes em SAD e CC, assim como o fornecimento de refeições à Instituição Lar de Acolhimento Sagrado Coração de Jesus na Azinhaga.

Rubricas de Rendimentos	dez-24	dez-25	Δ Abst	Δ %
Vendas	5 371,09	5 732,56	361,47	6,73%
Prestação serviços	105 120,32	120 990,51	15 870,19	15,10%

11.2 Subsídios e Apoios

Relativamente a esta rubrica de subsídios e apoios, a verba mais relevante decorre dos acordos protocolados com o CRSS de Santarém os quais estimamos os seguintes valores:

Rubricas de Rendimentos	dez-24	dez-25	Δ Abst	Δ %
Subsídios	108 043,24	114 780,73	6 737,49	6,24%

Rúbricas	SAD	CC	Total
Total dos Subsídios e Doações	87 786,91	17 328,48	105 115,39
Rúbricas	SAD	CC	Total
Subsídios ao Investimento-Imputações	3 712,64	195,40	3 908,05

Rúbricas	SAD	CC	Total
Total subsidios ao Investimentos	3 712,64	195,40	3 908,05

Relativamente aos apoios e subsídios, estima-se que possamos ser apoiados pelas entidades locais nas medidas das necessidades.

11.3 Imputações

Relativamente a imputação de subsídios, no ano de 2025, manter-se-ão:

Total da Distribuição do Sub. ao Investimento Por Valências	Rúbricas	SAD	CC	Total
	Valor da distribuição - 2024	3 712,64	195,40	3 908,05
	Valor da distribuição - 2025	3 712,64	195,40	3 908,05

11.4 Outros Rendimentos

A rubrica de outros rendimentos que aqui inclui a imputação de subsídios tem um aumento de 66,27%, essencialmente devido a alienação prevista de AFT – carrinha.

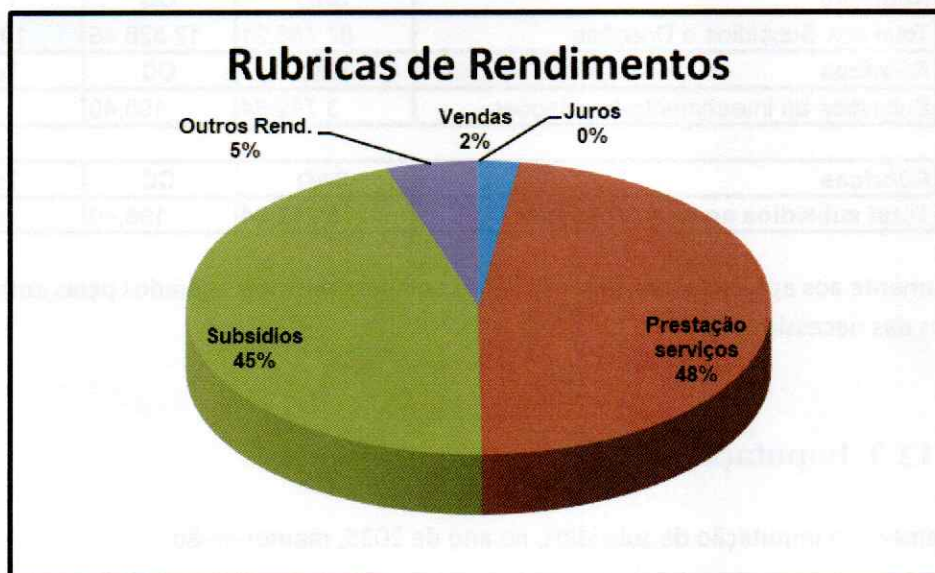
Rubricas de Rendimentos	dez-24	dez-25	Δ Abst	Δ %
Outros Rend.	7 746,65	12 880,46	5 133,82	66,27%
Juros	81,33	83,20	1,87	2,30%

11.5 Evolução dos Rendimentos de 2024 e 2025

Relativamente aos rendimentos, verifica-se um aumento de 12,42% ou seja 28.104,84€, conforme quadro abaixo:

Rubricas de Rendimentos	dez-24	dez-25	Δ Abst	Δ %
Vendas	5 371,09	5 732,56	361,47	6,73%
Prestação serviços	105 120,32	120 990,51	15 870,19	15,10%
Subsídios	108 043,24	114 780,73	6 737,49	6,24%
Outros Rend.	7 746,65	12 880,46	5 133,82	66,27%
Juros	81,33	83,20	1,87	2,30%
Total dos Rendimentos	226 362,63	254 467,47	28 104,84	12,42%

A representatividade dos rendimentos em 2025 é a seguinte:





12. Demonstrações Financeiras previsionais

12.1 Gastos Previsionais

Código da Conta	Gastos e Perdas	Valores		
		Realizado set-24	Previsto dez-24	Orçamentado dez-25
61	Custo das mercadorias vendidas e das Matérias Consumidas			
611	Mercadorias- mat descartavel	3 399,19	9 114,31	9 625,28
	Mercadorias - material Clinico	0,00	0,00	0,00
	Mercadorias - Hig e Limpeza	1 852,79	2 470,39	3 007,01
612	Generos Alimentares	16 560,86	22 081,15	26 711,46
	Total da rubrica -(61) -	21 812,84	33 665,85	39 343,75
62	Fornecimentos e Serviços Externos			
621	Subcontratos		0,00	
622	Serviços especializados	12 600,86	16 801,15	18 498,77
623	Materiais	1 752,52	2 336,69	2 390,44
624	Energia e Fluidos	7 393,00	9 857,33	10 465,73
625	Deslocações estadas e Transportes	0,00	0,00	0,00
626	Serviços Diversos	14 141,99	18 855,99	19 418,10
	Total da rubrica -(62) -	35 888,37	47 851,16	50 773,03
63	Custos com Pessoal			
632	Remunerações de Pessoal			
6321	Remunerações Certas	66 242,52	92 739,53	98 394,38
6322	Remunerações Adicionais	1 029,61	1 441,45	1 529,35
6323	Estágios e programas Profissionais	118,80	142,56	6 120,00
634	Indemnizações			
635	Encargos sobre Remunerações	14 689,63	20 898,70	22 173,01
636	Seguros de acit trabalho e doença	1 155,90	1 387,08	1 561,79
637	Gastos de Acção Social	499,97	599,96	606,56
638	Outros Gastos Com pessoal	0,00	0,00	0,00
	Total da rubrica -(63) -	83 736,43	117 209,29	130 385,09
64	Gastos de Depreciação e Amortização		8 314,84	7 327,24
65	Perdas Por Imparidade	0,00	0,00	0,00
67	Provisões do Período	0,00	0,00	0,00
68	Outros Gastos e Perdas			
681	Impostos	228,00	304,00	310,99
682	Descontos de pronto pagamento Concedidos		0,00	
683	Dívidas Incobráveis		0,00	
684	Perdas em Inventários		0,00	
686	Gastos e perdas nos restantes Investimentos Financeiros		0,00	
687	Gastos e Perdas em Investimentos Não Financeiros		0,00	
688	Outros Gastos e Perdas	2 726,25	3 635,00	3 718,61
	Total da rubrica -(68) -	2 954,25	3 939,00	4 029,60
	Gastos Operacionais- (A) →	144 391,89	210 980,14	231 858,71
69	Gastos e Perdas de Financiamento			
691/7	Juros suportados	472,68	630,24	644,74
698	Juros suportados de Financiamentos			
	Total da rubrica -(69) -	472,68	630,24	644,74
	Gastos Correntes- (C) →	144 864,57	211 610,38	232 503,45
	Imposto s/o Resultado do Exercício	0,00	0,00	0,00
	RESULTADO LÍQUIDO PREVISIONAL →	7 118,53	14 752,26	21 964,02
	Soma Total da Demonstração de Resultados	151 983,10	226 362,63	254 467,47



12.2 Rendimentos Previsionais

Código da Conta	Rendimentos e Ganhos	Valores		
		Realizado set-24	Previsto dez-24	Orçamentado dez-25
71	VENDAS	0,00	0,00	0,00
711	Mercadorias	8 630,56	5 371,09	5 732,56
712	Produtos Acabados e Intermedios			
713	Subprodutos, desperdícios, refugos			
	Total da rubrica -(71) -	8 630,56	5 371,09	5 732,56
72	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS			
721/..	Matrículas e Mensalidades de Utentes	58 130,16	105 120,32	120 990,51
72..	Outros	0,00	0,00	0,00
	Total da rubrica -(72) -	58 130,16	105 120,32	120 990,51
73	Variações nos Inventários de Produção		0,00	0,00
731	Produtos Acabados e Intermedios		0,00	0,00
732	Subprodutos, desperdícios, refugos		0,00	0,00
733	Produtos e Trabalhos em Curso		0,00	0,00
	Total da rubrica -(73) -	0,00	0,00	0,00
74	TRABALHOS PARA A PRÓPRIA INSTITUIÇÃO			
741	p/ Activos Fixos Tangiveis	0,00	0,00	0,00
742	p/ Activos Intangiveis	0,00	0,00	0,00
744	Activos por gastos Diferidos		0,00	0,00
	Total da rubrica -(74) -	0,00	0,00	0,00
75	Subsidios à Exploração			
751	Subsidios do Estado e Outros entes Públicos			
	CRSS - Protocolado	70 196,40	93 595,20	95 747,89
	IEFP - estágios e programas profissionais	0,00	0,00	4 252,50
	Autarquias Locais (CM; JF)	5 000,00	5 000,00	5 115,00
752	Subsidios de Outras Entidades	0,00	0,00	0,00
753	Doações e Heranças			
	Donativos	0,00	0,00	0,00
		7 086,03	9 448,04	9 665,34
			0,00	0,00
	Total da rubrica -(75) -	82 282,43	108 043,24	114 780,73
76	Reversões			
761	De Depreciações e Amortizações			0,00
762	De Perdas por Imparidade		0,00	0,00
763	De Provisões		0,00	0,00
	Total da rubrica -(76) -	0,00	0,00	0,00
78	Outros Rendimentos e Ganhos			
781	Rendimentos suplementares	1 587,59	2 116,79	3 211,00
782	Descontos de pronto pagamento Obtidos		0,00	0,00
783	Recuperação de dívidas a receber		0,00	0,00
784	Ganhos em Inventários		0,00	0,00
786	Rendimentos e Ganhos nos restantes activos Financeiros			
787	Rendimentos e Ganhos em Activos Não Financeiros			5 761,42
788	Outros Rendimentos e Ganhos	1 291,36	5 629,86	3 908,05
7883	Imputação de Subsidios aos Investimento		3 908,05	3 908,05
7885/8	Outros Rendimentos e Ganhos	1 291,36	1 721,81	0,00
	Total da rubrica -(78) -	2 878,95	7 746,65	12 880,46
	Rendimentos Operacionais- (A)----->	151 922,10	226 281,30	254 384,27
79	Juros Dividendos e Outros Rendimentos Similares			
791	Juros Obtidos	61,00	81,33	83,20
792	Dividendos Obtidos		0,00	0,00
798	Outros Rendimentos Similares		0,00	0,00
	Total da rubrica -(79) -	61,00	81,33	83,20
	Rendimentos Correntes- (D)----->	151 983,10	226 362,63	254 467,47
	Soma Total da Demonstração de Resultados	151 983,10	226 362,63	254 467,47



13. Demonstração de Resultados Previsional

13.1 Demonstração de Resultados Global

CÓDIGO DAS CONTAS *	DESIGNAÇÃO	NOTAS	ORÇAMENTO ANO N
			2025
71	Vendas e serviços Prestados	1	126 723,07
75	Subsídios, doações e legados à exploração	2	114 780,73
73	Variação nos Inventários da Produção	3	0,00
73	Trabalhos para a própria entidade	4	0,00
61	Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	5	-39 343,75
62	Fornecimentos e serviços Externos	6	-50 773,03
63	Gastos Com Pessoal	7	-130 385,09
			0,00
	Ajustamentos de Inventários (perdas \ reversões)	8	0,00
	Imparidades de Dívidas a Receber (Perdas / Reversões)	9	0,00
65	Provisões (Aumentos / Reduções)	10	0,00
	Provisões Específicas (Aumentos / Reduções)	11	0,00
	Outras Imparidades (Perdas \ reversões)	12	0,00
	Aumentos \ Reduções do Justo Valor	12	0,00
78	Outros rendimentos e Ganhos	14	12 880,47
68	Outros Gastos e Perdas	15	-4 029,60
	Resultados antes de depreciações, gastos de Financiamento e Impostos		29 852,80
64	Gastos \ Reversões de depreciação e de amortização	16	-7 327,24
	Resultado Operacional (antes de gastos de Financiamento e Impostos)		22 525,56
79	Juros e Rendimentos similares obtidos	17	83,20
69	Juros e gastos similares suportados	18	-644,74
	Resultado Antes de impostos		21 964,02
	Imposto Sobre o Rendimento do Período	19	0,00
	Resultado Líquido do Período		21 964,02



13.2 Demonstração de Resultados por Valência

RÚBRICAS	Notas	Sinal	Valências da Instituição					31-12-2025
			Total Valências	SAD	CC	Refeições	Bar/Outros	Total
Vendas e serviços Prestados	1	+	126 723,07	54 358,95	10 178,16	29 660,98	32 524,98	126 723,07
Subsídios, doações e legados à exploração	2	+	114 780,73	96 968,99	17 811,75		0,00	114 780,73
Variação nos Inventários da Produção	3	+ \ -	0,00					0,00
Trabalhos para a própria entidade	4	+	0,00					0,00
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	5	-	-39 343,75	-28 444,52	-1 273,95	-6 328,05	-3 297,22	-39 343,75
Fornecimentos e serviços Externos	6	-	-50 773,03	-38 706,31	-11 513,08		-553,65	-50 773,03
Gastos Com Pessoal	7	-	-130 385,09	-111 042,74	-7 807,81		-11 534,55	-130 385,09
Ajustamentos de Inventários (perdas \ reversões)	8	- \ +	0,00					0,00
Imparidades de Dívidas a Receber (Perdas / Reversões)	9	- \ +	0,00					0,00
Provisões (Aumentos / Reduções)	10	- \ +	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Provisões Específicas (Aumentos / Reduções)	11	- \ +	0,00					0,00
Outras Imparidades (Perdas \ reversões)	12	- \ +	0,00					0,00
Aumentos \ Reduções do Justo Valor	12	+ \ -	0,00					0,00
Outros rendimentos e Ganhos	14	+	12 880,47	9 474,07	195,40		3 211,00	12 880,47
Outros Gastos e Perdas	15	-	-4 029,60	-2 417,76	-1 611,84		0,00	-4 029,60
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		=	29 852,80	-19 809,32	5 978,63	23 332,92	20 350,57	29 852,80
Gastos \ Reversões de depreciação e de amortização	16	- \ +	0,00					0,00
			-7 327,24	-6 228,15	-732,72		-366,36	-7 327,24
			0,00					0,00
Resultado Operacional (antes de gastos de Financiamento e Impostos)		=	22 525,56	-26 037,47	5 245,91	23 332,92	19 984,21	22 525,56
Juros e Rendimentos similares obtidos	17	+	0,00					0,00
			83,20	49,92	33,28		0,00	83,20
Juros e gastos similares suportados	18	-	-644,74	-548,03	-70,92		-25,79	-644,74
			0,00					0,00
Resultado Antes de impostos		=	21 964,02	-26 535,59	5 208,27	23 332,92	19 958,42	21 964,02
Imposto Sobre o Rendimento do Período	19	- \ +	0,00					0,00
Resultado Líquido do Período		=	21 964,02	-26 535,59	5 208,27	23 332,92	19 958,42	21 964,02

14. Conclusões

De acordo com o exposto, podemos concluir que os resultados operacionais são positivos, o que resulta de uma exploração da atividade equilibrada.

Tendo como base os rendimentos obtidos em 2024, principalmente nos subsídios protocolados e a manterem-se, prevê-se que os rendimentos sejam suficientes para garantir os gastos ainda que estes possam subir um pouco.

O orçamento apresentado apresenta rendimentos que suportam estruturalmente os gastos, desde que se consigam atingir, e se vierem a concretizar o previsto, demonstra uma estrutura equilibrada dos gastos face aos rendimentos previstos, o que permite rentabilidade na atividade de exploração da Instituição, pois sem rentabilidade não existe solidariedade.

Mediante estes elementos o gasto médio por utente previsto para 2025 será o seguinte:

	SAD	CC
N.º Meses	12,00	12,00
N.º Médio Utentes Previsto	18,00	15,00
Custo Médio por Utente Mês	-867,53	-127,84
Custo Médio por Utente Mês CRSS	-482,80	-57,59

O Presidente da Direção

João Carlos Gandarez Martinho
(João Carlos Gandarez Martinho)

O Vice-Presidente

João Manuel Almeida Guilherme da Costa
(João Manuel Almeida Guilherme da Costa)

A Tesoureira

Dina Teresa Simões Miguel Costa
(Dina Teresa Simões Miguel Costa)

A-Secretária

Sónia Raquel Mota Marcos
(Sónia Raquel Mota Marcos)

O Vogal

Jorge Miguel da Silva Cota
(Jorge Miguel da Silva Cota)



15. Parecer do Conselho Fiscal

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

ACTA Nº 2/2024

Aos três dias de Dezembro do ano dois mil e vinte e quatro, pelas vinte horas, reuniu-se em sessão ordinária o Conselho Fiscal da Casa do Povo do Pombalinho, com sede, na Rua Barão de Almeirim, n.º 14/16, 2000-081-Pombalinho, na freguesia do Pombalinho, Concelho da Golegã, para dar cumprimento ao ponto único da ordem de trabalhos:-----

Ponto único: **Apreciação do Orçamento Previsional para o exercício de 2025 e emissão de respetivo parecer.** --
Após os esclarecimentos prestados pelo membro da Direção e do gabinete de contabilidade Agil Social, Lda sobre o Orçamento para o ano de 2025, o Conselho Fiscal decidiu emitir o seguinte parecer. -----

*****PARECER DO CONSELHO FISCAL*****

O Orçamento para o exercício de 2025, bem como toda a documentação que o suporta está de acordo com o plano de atividades da Instituição, dando uma visão verdadeira e apropriada da sua realidade económico financeira-----

Salientamos do Orçamento para o exercício de 2025: -----

Total dos Gastos Previsto: **232.503,45€**-----

Total dos Rendimentos Previstos: **254.467,47€**-----

Resultado Líquido Previsto: **21.964,02€**-----

Sendo que os pressupostos para atingir estes valores foram: -----

- Uma taxa de Inflação de 2,30% para 2025-----
- Taxa Contributiva da Segurança Social de 22,30% para 2025-----
- Aumento Salarial de acordo com o CCT e do SMN-----

Por fim, o Conselho Fiscal emite o seu **Parecer Favorável à aprovação** do Orçamento Previsional para o Exercício de 2025. -----

Alertamos para a necessidade de a Instituição prosseguir um controlo de gestão apertado, tanto ao nível dos gastos como dos rendimentos, de modo a libertar recursos que permitam efetuar investimentos tanto de expansão como de substituição no futuro. -----

Sem outro assunto, foi encerrada a reunião pelas vinte e uma horas e trinta, da qual se irá lavrar em ata no respetivo livro, que depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros do Conselho Fiscal.-----

A Presidente do Conselho Fiscal

Maria Dulce A. Arroite Costa

(Maria Dulce Arroite Costa)

O 1.º Relator do Conselho Fiscal

Tiago Manuel Costa Cavaco

(Tiago Manuel da Costa Cavaco)

A 2.ª Relatora do Conselho Fiscal

Cláudia Sofia Santos Duarte Cota

(Cláudia Sofia Santos Duarte Cota)

16. Termos de Autenticação do Orçamento

Orçamento para 2025

O plano e orçamento para 2025, foram aprovados em reunião da Direção, em 02-12-2024.

A Direção

João Carlos Duarte Santos Lêgua
por Yaciel Placer da Costa
Dina Teresa Simões Rigueiro Costa

Termo de Aprovação Final

O plano e orçamento para o ano de 2025, que antecede, mereceu aprovação por Unanimitade, da Assembleia Geral, realizada em 05/12/2024.

O Presidente
António Manuel do Rosário Leal

(António Manuel do Rosário Leal)

O 1.º Secretário,

João Carlos Duarte Santos Lêgua

(João Carlos Duarte Santos Lêgua)

O 2.º Secretário

Helder Manuel Arroiteia Costa

(Helder Manuel Arroiteia Costa)

